

BRIDGES NETWORK

# PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável

VOLUME 12, NÚMERO 3 - MAIO 2016



## Mercosul: um tango argentino?

### COMÉRCIO INTERNACIONAL

Realinhamento pragmático? A agenda externa dos primeiros 100 dias de Macri

### CADEIAS DE VALOR

Nova etapa? Política comercial e cadeias de valor na Argentina contemporânea

### ACORDO UE-MERCOSUL

Negociações Mercosul-UE: tão distantes e tão perto



International Centre for Trade  
and Sustainable Development

# PONTES

VOLUME 12, NÚMERO 3 - MAIO 2016

## PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável em língua portuguesa.

## ICTSD

**International Centre for Trade and Sustainable Development**

Genebra, Suíça

### EDITOR EXECUTIVO

Ricardo Meléndez-Ortiz

### EDITOR CHEFE

Andrew Crosby

### EQUIPE EDITORIAL

Manuela Trindade Viana

Bruno Varella Miranda

Camilla Geraldello

### CONSULTORA EDITORIAL

Michelle Ratton Sanchez Badin

### DESIGN GRÁFICO

Flarvet

### LAYOUT

Oleg Smerdov

Se deseja contatar a equipe editorial do Pontes, escreva para: [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch)

O PONTES recebe com satisfação seus comentários e propostas de artigo. O guia editorial pode ser solicitado junto à nossa equipe.

## COMÉRCIO INTERNACIONAL

- 4 **Realinhamento pragmático? A agenda externa dos primeiros 100 dias de Macri**

*Fernando Marques*

## POLÍTICA EXTERNA

- 8 **O "novo" e o "velho" na política externa argentina do governo de Cambiemos**

*Alejandro Simonoff*

## CADEIAS DE VALOR

- 11 **Nova etapa? Política comercial e cadeias de valor na Argentina contemporânea**

*Nahuel Oddone*

## MERCOSUL

- 16 **Os 25 anos do Mercosul: "velha nova" etapa à vista?**

*Mercedes Botto*

## ACORDO UE-MERCOSUL

- 19 **Negociações Mercosul-UE: tão distantes e tão perto**

*Adrian Makuc, Gabriela Duhalde, Ricardo Rozemberg*

- 21 **Informações úteis**

- 22 **Publicações**

## Dançando conforme a música?



*Recém chegado aos 25 anos, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) enfrenta uma espécie de "crise da meia idade". Embora os ciclos de instabilidade em uma instituição não possam ser automaticamente associados com sua faixa etária, é evidente que a iniciativa inaugurada em 1991 sofre com o envelhecimento. Talvez seja sintomático que governos eleitos na região amparem sua estratégia comercial em uma revisão das regras do bloco. Em cerca de três anos, opiniões semelhantes surgiram no interior dos quatro sócios históricos do projeto, unificando a direita e a esquerda política em torno de um genérico pedido por mudanças.*

*O diabo, porém, mora nos detalhes. Embora seja necessário reformar o Mercosul, é provável que nenhuma das partes envolvidas nessa conversa saiba exatamente o que esperar da iniciativa. Diante das assimetrias de sempre e das turbulências do agora, uma transformação do arcabouço institucional exige um difícil equilíbrio entre liberdade de ação e manutenção dos canais de comunicação. E, para complicar ainda mais a tarefa, à mesa comparecerão sócios divididos por um dilema fundamental: valerá a pena investir em um projeto de longo prazo, cujos benefícios não são menores que o risco de estancamento? Não será melhor se lançar sozinho ao mundo, ainda que os incentivos do presente possam se converter no pesadelo de uma dependência crônica com o passar dos anos?*

*Ironicamente, o clamor por transformações no Mercosul é resultado direto da incapacidade de seus integrantes de levar adiante as metas originalmente acordadas. É possível que o acúmulo dos objetivos não cumpridos decorra das reviravoltas ocorridas dentro do Cone Sul. Entretidos com uma sucessão vertiginosa de êxitos e fracassos, seus membros preferiram manter o projeto de integração regional em um conveniente pedestal imaginário, representativo daquilo que conquistaríamos após a redemocratização. Símbolo de um tempo marcado pela retórica da concórdia e a primazia do bem-estar da cidadania, o Mercosul sofre justamente porque, em 25 anos, seus membros mantêm uma pesada agenda a ser concretizada.*

*Nesse sentido, o Mercosul é não tanto a causa, mas a consequência daquilo que propusemos a ser como sociedade. Daí a importância da análise cuidadosa das características de cada um de seus sócios. O terceiro número do Pontes em 2016 apresenta uma série de artigos que exploram a natureza do governo Mauricio Macri, recentemente eleito na Argentina. Com isso, esta edição pretende fornecer a você, prezado(a) leitor(a), elementos para projetar o futuro das relações entre Argentina e Brasil e da integração regional sul-americana.*

*Esperamos que aprecie a leitura.*

A Equipe Pontes

## COMÉRCIO INTERNACIONAL

# Realinhamento pragmático? A agenda externa dos primeiros 100 dias de Macri

Fernando Marques

*A partir de uma contextualização da eleição de Mauricio Macri como o novo presidente da Argentina, o autor analisa os primeiros meses dessa nova administração com foco nas agendas de economia internacional e comércio exterior.*

Em 19 de março de 2016, o presidente argentino Mauricio Macri completou seu 100º dia de governo. O período foi marcado por transformações significativas na gestão de políticas públicas da Argentina, especialmente no tocante à regulação econômica. Os 12 anos de governo kirchnerista produziram uma complexa herança para a nova gestão, cuja administração exige não apenas habilidades parlamentares, mas também a confecção de um novo pacto para que os ajustes sejam economicamente viáveis e socialmente toleráveis. Por outro lado, a reversão do intervencionismo não deve desconsiderar os benefícios que a era Kirchner proveu para a classe média argentina.

Este artigo avalia brevemente os primeiros 100 dias do governo Macri diante das heranças do último governo de Cristina Kirchner, com especial atenção aos desdobramentos para as relações econômicas internacionais e o comércio exterior do país.

## Contexto econômico internacional

Cristina Kirchner e Mauricio Macri assumiram a Presidência diante de cenários externos marcadamente distintos. Ao receber a faixa presidencial, Cristina passava a liderar um país que crescera em torno de 8,7% ao ano entre 2003 e 2007<sup>1</sup>. As taxas expressivas de crescimento foram registradas principalmente pela explosão da demanda internacional por *commodities*, mas também devido ao sucesso da gestão anterior em reestruturar a dívida pública e sustentar o ingresso de capital estrangeiro no período. Além disso, a conjuntura internacional ainda não acusava sinais de restrição financeira, o que diminuiu os potenciais conflitos quanto ao modelo de política econômica. Desse modo, o Estado seguiu como um protagonista central para o desenvolvimento econômico da Argentina.

Por sua vez, Macri herdou um país sem acesso ao mercado global de capitais, cada vez mais restrito pela persistência dos efeitos da crise financeira de 2008. A moratória declarada em julho de 2014 debilitou ainda mais a capacidade de geração de reservas internacionais – quadro que foi parcialmente sanado pela negociação de um acordo de *swap* cambial com o governo chinês em setembro daquele mesmo ano. Em relação ao comércio exterior, Macri também recebeu um país que acumulava “irritantes” administrativos e operacionais com seu principal parceiro comercial. A sobreposição de dificuldades quanto à liberação de mercadorias na fronteira e à obtenção de licenças não-automáticas contribuiu sensivelmente para a queda de 56,2% na corrente de comércio com o Brasil entre 2013 e 2015.

Em seu discurso de posse de dezembro de 2007, Cristina Kirchner salientou a opção pelo dirigismo na política econômica e declarou que o país deveria buscar “um acordo das grandes metas, dos grandes objetivos, quantificáveis e verificáveis”, para que o Estado argentino pudesse analisar dentre os setores “qual é mais competitivo, qual nos pode dar melhor vantagem, onde se necessita o investimento, onde a inovação tecnológica”<sup>2</sup>. O discurso presidencial estava alinhado com o “novo desenvolvimentismo”, corrente de pensamento econômico que retomava a centralidade do planejamento estrutural da atividade produtiva, com vistas a reduzir a vulnerabilidade externa e promover o bem-estar material dos países emergentes, especialmente da América do Sul.

**Percentual de votos obtidos no primeiro turno das eleições presidenciais na Argentina**

Mauricio Macri (2015):

**34%**

Cristina Kirchner (2011):

**54,1%**

Cristina Kirchner (2007):

**45,2%**

Néstor Kirchner (2003):

**22,2%**

Fonte: Dirección Nacional Electoral (2016)

A convergência para o novo desenvolvimentismo reforçou os laços políticos entre os membros do Mercado Comum do Sul (Mercosul), um objetivo manifesto da política externa argentina desde 2003. Em diversas ocasiões, o então chanceler, Rafael Bielsa, reforçou publicamente a importância estratégica do bloco, para que a Argentina, ante suas modestas dimensões na economia global, fizesse valer seus interesses comerciais, financeiros e políticos nos fóruns multilaterais. Assim, o primeiro governo de Cristina herdou tal opção pela integração regional, não somente como uma tática bem definida de projeção internacional, mas também pelo fato de que a política comercial constitui um dos pilares da matriz kirchnerista de desenvolvimento nacional.

O pragmatismo inicial da política externa da presidente Kirchner não se sustentou ao longo de seu segundo mandato. Os propósitos e alianças estratégicas que o país costurou, especialmente na Organização Mundial do Comércio (OMC), não contribuíram exatamente para a saúde de sua política comercial. Entre 2010 e 2012, o país foi acionado sete vezes no Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da Organização. As reclamações concentravam-se no estabelecimento das Declarações Juramentadas Antecipadas de Importação (DJAI), as quais, segundo os reclamantes, conferem tratamento diferenciado aos produtos importados no país. Além disso, ao solidarizar-se com a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), a Argentina dificultou a assinatura do Pacote de Bali em dezembro de 2013.

Diante de tal cenário, os primeiros movimentos da política externa de Macri buscaram reestabelecer as relações com os poderes geopolíticos tradicionais. Em menos de três meses da nova administração, a Argentina recebeu três grandes visitas de Estado: Matteo Renzi, primeiro-ministro da Itália; François Hollande, presidente da França; e Barack Obama, presidente dos Estados Unidos. Os dois primeiros visitantes reforçaram o compromisso e as expectativas da União Europeia (UE) quanto ao avanço nas negociações de um acordo entre o bloco europeu e o Mercosul.

Por sua vez, a recente passagem do líder estadunidense serviu como um voto de confiança para o regresso do país aos mercados financeiros globais. Simultaneamente à visita do presidente Obama, a Corte de Apelação de Nova York recebeu um *amicus curiae* emitido pelo próprio governo dos Estados Unidos, no qual eram listados os interesses do país na solução da controvérsia com os fundos titulares da dívida soberana argentina. No documento, o governo estadunidense afirma seu "interesse especial em apoiar a nova administração da Argentina na reversão das políticas econômicas anteriores", bem como na "normalização da relação do país com seus credores e no fortalecimento de sua economia", que afetariam diretamente os "interesses dos Estados Unidos na região como um todo"<sup>3</sup>. Tal posicionamento deve contribuir para que a Argentina emita US\$ 12,5 bilhões em títulos soberanos ainda no primeiro semestre de 2016.

A intensidade e qualidade dos relacionamentos iniciais da chancelaria de Macri contrastam com os últimos movimentos da diplomacia Kirchner. Após a polêmica estatização da petroleira YPF em meados de 2012, a imagem do governo argentino deteriorou perante os investidores estrangeiros, o que restringiu o acesso a empréstimos e financiamentos internacionais, especialmente para a realização de obras de infraestrutura e energia. Assim, a Casa Rosada aprofundou, aos poucos, sua relação com as duas potências mais íntimas aos países emergentes: China e Rússia.

O governo kirchnerista logrou negociar e aprovar um acordo de cooperação econômica com a China em finais de 2014. Entre outros pontos mais genéricos, o texto prevê preferências ao capital chinês em obras de infraestrutura (Artigo V), que incluem os setores de energia e transporte ferroviário. Uma estratégia similar foi utilizada na relação com a Rússia, por meio de um Memorando de Entendimento que prevê a participação da estatal ROSATOM na construção de uma usina nuclear de capacidade instalada de 1.200 megawatts ao Sul da Argentina.

Até o momento, a diplomacia de Macri não entregou nenhum acordo bilateral relevante, mas as missões empresariais de Estados Unidos e França, que recentemente



### Aprovação popular após 100 dias de administração

Vladimir Putin (2000):

**70%**

Mauricio Macri (2016):

**69%**

Barack Obama (2009):

**68%**

Lula (2003):

**43%**

acompanharam as visitas presidenciais, anunciaram uma série de investimentos no país. Durante uma reunião na Câmara Americana de Comércio (AMCHAM, sigla em inglês) da Argentina, empresários estadunidenses anunciaram US\$ 2,3 bilhões em investimentos no país até o final de 2017. Já os franceses devem investir aproximadamente US\$ 600 milhões em uma planta automotiva em Córdoba, região central do país.

Quanto à relação com seus parceiros do Mercosul, a diplomacia de Kirchner e Macri possui algumas semelhanças. No primeiro mandato de Kirchner, o motivo para a aproximação em direção aos países do Cone Sul era a concentração de forças para projeção no cenário geopolítico, além da busca por uma identidade regional – seja econômica, política ou social. Do mesmo modo, a gestão de Macri entende que o bloco é estratégico para o sucesso da região em negociações internacionais. O principal exemplo é o diálogo com a UE, que já dura mais de dez anos.

### Perspectivas sobre a política comercial

A política comercial foi um dos aspectos mais polêmicos da administração Kirchner, especialmente em seu segundo mandato. Além da sequência de contestações no âmbito da OMC, o comércio exterior argentino ficou a cargo de figuras controversas. Um exemplo pode ser encontrado em Guillermo Moreno, que aprofundou a discricionariedade na liberação de importações retidas na fronteira do país durante a gestão Kirchner. Os exportadores brasileiros foram sensivelmente prejudicados por tal prática, especialmente a indústria da transformação, uma vez que não era possível receber o pagamento das operações devido ao represamento das mercadorias.

Entre os principais instrumentos comerciais desse período, destaca-se o estabelecimento das DJAI e o programa "uno-por-uno"<sup>4</sup>. Em fevereiro de 2012, as DJAI passaram a vigorar oficialmente como um sistema de informação, que permitiria ao Poder Executivo a "coordenação transversal das distintas áreas do Estado, a fim de otimizar a eficiência e eficácia da gestão governamental"<sup>5</sup>. Em poucos meses de funcionamento, os atrasos e a discricionariedade na liberação das declarações evidenciaram que o governo utilizava o sistema para reter divisas estrangeiras e proteger determinados setores produtivos. De acordo com consultas periódicas realizadas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)<sup>6</sup>, os exportadores brasileiros acusavam atrasos superiores a 75 dias nas liberações das DJAI ao final de 2015. Tal prazo chegou a 450 dias para alguns produtos em 2013, de acordo com a FIESP.

Após o período de aprofundamento do protecionismo comercial de Kirchner, as primeiras medidas de Macri trataram de desgravar o setor agroexportador. O novo presidente decretou a eliminação de tarifas (retenções) sobre as vendas de trigo e milho, além de reduzir em cinco pontos percentuais as retenções sobre a soja exportada. O objetivo da medida é impulsionar o ingresso de divisas estrangeiras com a venda da safra 2016-2017, o que impactaria positivamente o volume de reservas internacionais do país. Em novembro de 2015, as reservas argentinas equivaliam a cinco meses de importação<sup>7</sup>. Com a redução das retenções e, principalmente, com o fim do *cepo cambiário*, as reservas aumentaram 15,4% em menos de três meses.

Ainda em dezembro, o novo gabinete do Ministério da Produção, liderado por Francisco Cabrera, anunciou a substituição das DJAI pelo Sistema de Monitoramento de Importações (SIMI), com o objetivo de simplificar a emissão e obtenção de licenças. O novo sistema prevê licenças automáticas para 8.429 posições tarifárias, a serem emitidas em até 10 dias. Já as licenças não-automáticas atendem a pouco mais de 1.500 posições e têm um prazo máximo de 60 dias para sua emissão. Embora seja capaz de dinamizar as importações no médio prazo, o SIMI deve sofrer a resistência de setores produtivos que identifiquem alguma linha tarifária deslocada quanto ao seu tratamento automático, especialmente entre setores que enfrentem a concorrência de produtos asiáticos.

### Considerações para o médio prazo

Durante seus primeiros 100 dias, a gestão Macri buscou diferenciar-se da administração Kirchner com celeridade. As primeiras reformas domésticas ocorreram de maneira fluida

e mesmo as mais polêmicas – como o “tarifaço” da eletricidade – foram recebidas com discreta resistência pela sociedade argentina.

Já no tocante às relações exteriores, Macri optou pela aproximação com poderes geopolíticos tradicionais, especialmente os Estados Unidos, demonstrando sua compreensão quanto à importância desses parceiros para a recuperação econômica de seu país. Tal pragmatismo também pode ser observado na esfera regional, uma vez que mesmo ainda não empossado oficialmente, o Brasil foi escolhido como sua primeira visita ao exterior. A decisão sugeriu que os laços entre os principais parceiros do Mercosul não devem sucumbir a eventuais diferenças políticas entre seus presidentes, especialmente diante da significância recíproca entre as duas economias. Por outro lado, Macri não economizou críticas à gestão e a política venezuelana durante a última Cúpula do bloco, realizada em Assunção, em dezembro de 2015.

As relações com as potências emergentes, especialmente a China, devem seguir em ritmo moderado. Os acordos assinados com o parceiro asiático por Kirchner não devem ser denunciados, uma vez que o fluxo de investimentos que contemplam é significativo para o desenvolvimento da infraestrutura argentina. Além disso, até a regularização do acesso ao mercado global de capitais, os acordos monetários com os chineses garantem um volume mínimo de divisas estrangeiras no caixa do banco central.

Por sua vez, as reformas na política comercial devem normalizar os fluxos com o Brasil, uma vez que constituem medidas longamente esperadas pelos exportadores brasileiros. Porém, mesmo com o corpo técnico da Secretaria de Comércio completamente renovado e disposto a reativar o comércio bilateral, o desafio da gestão de Macri será superar o “rentismo” de grupos econômicos específicos, cujos ganhos estiveram amparados pelos 12 anos de gestão kirchnerista. A liderança nas negociações do acordo entre Mercosul e UE pode ser um instrumento poderoso para relativizar tal pressão. Além disso, a liberalização comercial também será importante para aliviar a pressão inflacionária no país, que deve superar (novamente) os dois dígitos em 2016.

O setor externo é essencial para domar a inflação, um ponto crítico para a popularidade da gestão Macri, que deve se manter próximo a uma classe média historicamente beneficiada pelo viés trabalhista e social dos governos peronistas, que incluem a valorização do salário mínimo e a universalização dos serviços públicos. Além disso, a aplicação de políticas econômicas de inspiração ortodoxa deve testar a capacidade de articulação da coalizão Cambiemos, que conta com apenas 92 dos 257 deputados e 14 dos 72 senadores no Congresso.

A eleição de Macri certamente representou o fim de um ciclo econômico, mas o presidente também tem a oportunidade de transformar o processo político da Argentina por um longo período de tempo.



**Fernando Marques**  
Economista, mestrando em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) e analista econômico de comércio exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

---

❶ Quando não especificado de outra forma, os dados utilizados ao longo do texto foram extraídos das seguintes fontes: Banco Central da República Argentina (BCRA), Banco Central do Brasil (BCB) e Sistema Aliceweb do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (MDIC).

❷ Ver: <<http://bit.ly/1SBKczA>>.

❸ Ver: <<http://bit.ly/1SRwmbm>>.

❹ O programa “uno-por-uno” era informal e foi instituído no início de 2014 por Augusto Costa, substituído por Guillermo Moreno. Trata-se da liberação de importações para empresas que exportavam o equivalente a ser importado. Ou seja, para cada US\$ 1 importado era necessário ao menos a exportação de US\$ 1.

❺ Ver: Resolução AFIP No. 3.252/2012, disponível em: <<http://bit.ly/1VZt8py>>.

❻ Ver: <<http://bit.ly/1vPPs3>>.

❼ Estimativa produzida com a média dos nove meses de importação divulgados pelo Aliceweb-Mercosur em 2015. Ainda não há números consolidados para o comércio exterior da Argentina naquele ano.

## POLÍTICA EXTERNA

# O “novo” e o “velho” na política externa argentina do governo de Cambiemos

Alejandro Simonoff

*O autor compara as linhas iniciais da administração Macri com aquelas de gestões anteriores, com especial atenção às relações com os Estados Unidos e a Europa, as potências emergentes e o Brasil.*

Com pouco mais de 100 dias de governo, é extremamente difícil analisar os aspectos estruturais da estratégia de relacionamento externo do novo presidente da Argentina, Mauricio Macri. É possível, entretanto, identificar alguns traços iniciais.

Quais poderiam ser as mudanças nas orientações mais estruturais da política externa que está por vir? Como ensinou Juan Carlos Puig<sup>1</sup>, desde o último pós-guerra, a política externa da Argentina foi marcada por um conflito entre a tendência de autonomia heterodoxa e aquela da dependência racionalizada. Nos anos 1980, a política externa passou a ser caracterizada por uma estrutura triangular entre Argentina, Brasil e Estados Unidos. Não menos certo é que essas ideias e voltas nunca foram à ideia original: os modelos sempre foram adaptados a circunstâncias diversas.

É evidente que não poderíamos esperar ensaios ousados como aqueles que caracterizaram o kirchnerismo nos últimos anos, quando a estratégia de diversificação das relações externas da Argentina foi orientada para os novos pólos de poder que despontavam ao redor dos BRICS – com especial atenção a Brasil, China e Rússia.

Em especial, mudanças devem ocorrer no relacionamento com os governos chinês e russo. Afinal, Macri pretende “revisar” os acordos de Associação Estratégica Integral assinados pela administração anterior. Estes amparam, entre outras iniciativas, parcerias na construção de represas na província de Santa Cruz e cooperação em pesquisa espacial<sup>2</sup>.

Na política da nova administração, fala-se em “um giro de 180 graus” no que toca aos vínculos com as potências tradicionais (Estados Unidos e países da Europa Ocidental). Com efeito, Macri propõe uma construção mais “ocidentalista” – ou “globalista”, segundo Amado Cervo<sup>3</sup> – que aquela empreendida por Cristina Fernández de Kirchner.

As visitas de líderes europeus a Buenos Aires, bem como a visita presidencial de Barack Obama, foram tomadas pelo governo e pelos meios de comunicação como um apoio explícito à nova estratégia internacional argentina.

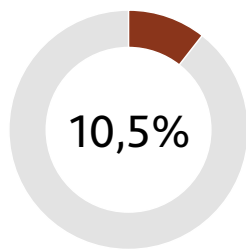
Já os países emergentes parecem não perceber a Argentina como um sócio político para construir alianças em meio aos desafios da globalização, mas como um provedor de alimentos – o que significa sustentar os aspectos mais assimétricos dessas vinculações.

O tom globalista da administração pode ser exemplificado pela designação da engenheira Susana Malcorra para a Chancelaria. Tal nomeação gerou surpresas. De um lado, Fulvio Pompeo, o principal assessor de Macri, está à frente da nova Secretaria de Assuntos Estratégicos ligada à Casa Rosada, com uma proposta alinhada ao “globalismo” referido acima. De outro lado, a nomeação de Malcorra sugere uma aposta neoinstitucionalista do presidente Macri, já que a ministra trabalhou, por mais de uma década, em organismos internacionais, mas não pertence à equipe do Palácio San Martín<sup>4</sup>.

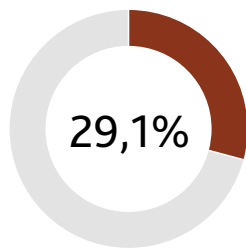
Cabe destacar que, em contraste com os governos de linha ocidentalista (ou dependência racionalizada) que marcaram a Argentina da Guerra Fria, o governo Macri terá uma política ativa para a região, tal qual fez Carlos Menem durante sua gestão, na década de 1990.



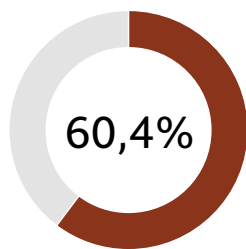
Composição do PIB da Argentina



Agricultura



Indústria



Serviços

Fonte: CIA (2015)

O Mercado Comum do Sul (Mercosul), principal instrumento de inserção internacional da Argentina desde a crise de 2001, perderá essa gravitação, conforme assinalou a ministra de Relações Exteriores, Susana Malcorra: “É preciso ver as coisas que servem à Argentina e usar o trampolim que as distintas associações possuem. Mercosul, Unasul [União de Nações Sul-Americanas], União Europeia [UE], Estados Unidos, China, África, o Pacífico, todas são oportunidades para a Argentina. O objetivo é que a Argentina possa trabalhar bem e conectada e que se abram pelo mundo novos planos que produzam mais empregos para as pessoas”<sup>6</sup>.

O Mercosul está reduzido a ser a porta de acesso à UE e à Aliança do Pacífico (associação esta almejada pela administração Macri), entre outros acordos. Os aspectos políticos serão menos relevantes e é justamente nessa esfera que as diferenças com o Brasil são significativas, não no plano econômico.

### O lugar do Brasil na agenda de Macri

A relação da Argentina com o Brasil pode ser analisada a partir de três eixos: i) a aliança argentino-brasileira; ii) as questões econômicas bilaterais e comunitárias; e iii) as estratégias de negociação com outros blocos comerciais.

Quanto ao primeiro aspecto, até o presente momento, Argentina e Brasil têm buscado certa estabilidade regional. Esse esforço tem sido empreendido mesmo diante da heterogeneidade sul-americana, na qual se observa um conjunto de países de traço bolivariano (Bolívia, Equador e Venezuela), outro intermediário (Argentina e Brasil) e um outro grupo, de linhas mais voltadas à liberalização comercial (Chile, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai).

Exemplo disso pode ser encontrado na Cúpula de Assunção, em dezembro de 2015, quando Macri considerou a possibilidade de que a cláusula democrática do Mercosul fosse evocada contra a Venezuela. A presidente Dilma Rousseff refutou a ideia sob o argumento de que se tratava de uma denúncia “genérica”<sup>6</sup> e reivindicou apenas que os presos políticos venezuelanos fossem libertados, sem monitoramento por parte do Brasil ou dos demais sócios do Mercosul<sup>7</sup>. Tais declarações podem indicar, de uma só vez, o tom da relação entre Argentina e Brasil no futuro e a aproximação argentina em direção aos países mais orientados à liberalização comercial.

Em matéria econômica, parte das dificuldades diz respeito às restrições comerciais adotadas por Buenos Aires, que, desde a crise global de 2008, têm afetado o intercâmbio bilateral de mercadorias e de investimentos. Além disso, alguns atritos entre Brasil e Argentina emergiram da implementação da estratégia de comércio administrado e da regulação do envio de lucros ao exterior – medidas que marcaram a mudança de um modelo neodesenvolvimentista a outro mais autárquico.

Essas duas dificuldades serão corrigidas pelo que a administração Macri denomina “normalização” de relações. Por exemplo, no caso específico do comércio, espera-se que as tensões sejam reduzidas por meio da implementação de políticas liberais na Argentina. Esse processo será reforçado pelo cumprimento da decisão do painel da Organização

---

*Em matéria econômica, parte das dificuldades diz respeito às restrições comerciais adotadas por Buenos Aires (...) [e a] alguns atritos entre Brasil e Argentina (...). Essas duas dificuldades serão corrigidas pelo que a administração Macri denomina “normalização” de relações.*

---

Mundial do Comércio (OMC), favorável à UE e contrária ao uso das Declarações Juramentadas Antecipadas de Importação (DJAI) por parte do governo argentino (DS438).

Por fim, cabe analisar como a relação entre Argentina e Brasil afetará a negociação com outros blocos comerciais, principalmente as tratativas entre Mercosul e UE. Durante anos, o acordo com o bloco europeu não foi colocado em uma posição privilegiada na agenda comercial argentina – o que preocupava empresários dos dois países<sup>1</sup>.

As declarações proferidas por Macri desde a sua posse, entretanto, apontam para uma outra direção: o novo presidente argentino tem afirmado sistematicamente que buscará facilitar um acordo com a Europa e que buscará uma convergência com a posição brasileira.

Esse quadro poderia implicar a retomada do papel desempenhado pelo Mercosul na década de 1990, quando o bloco se articulava como a porta de acesso dos países do Cone Sul à globalização. Caso seja consolidada, essa função difere significativamente do uso do Mercosul para a defesa das economias da região, como foi feito nos últimos 15 anos.

No que toca às Malvinas, apesar do auspicioso contato com o primeiro-ministro britânico, David Cameron, existem muitas dúvidas sobre os instrumentos específicos que serão construídos na administração Macri para cumprir com o objetivo de recuperar o território argentino.

Para concluir, embora seja certo que os vínculos externos careciam de ajustes, os indícios apresentados nos primeiros meses da administração Macri revelam uma mudança mais profunda, na qual o afã de inserção aos poderes tradicionais satelitizará a utilização de margens de manobra, reduzindo as oportunidades que necessitamos enquanto sociedade.

---

<sup>1</sup> Ver: Puig, Juan Carlos. *América Latina: políticas exteriores comparadas*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1984.

<sup>2</sup> Ver: <<http://bit.ly/24dtn5w>>.

<sup>3</sup> Para Amado Cervo, os ocidentalistas transformaram-se em globalistas com o fim da Guerra Fria. O autor identifica, ainda, dois tipos de globalistas: i) os "benignos", aqueles que aceitam a globalização sem a mínima confrontação; e ii) os "assimétricos", que, apesar de reconhecerem as dificuldades da globalização, se ajustam a ela. Ver: Cervo, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 46, No. 2, 2003, pp. 5-25.

<sup>4</sup> Como a maioria dos ministros e altos funcionários do governo Macri, Malcorra também atuou na iniciativa privada. Após quase 25 anos de carreira na IBM, a engenheira foi contratada pela Telecom Argentina, onde chegaria à presidência da empresa.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/1SRO3Ya>>.

<sup>6</sup> Ver: <<http://bit.ly/1YYCwb9>>.

<sup>7</sup> Ver: <<http://bit.ly/1Pg1krp>>.

<sup>8</sup> Mais precisamente, as elites empresariais de ambos os países preocupavam-se com a possibilidade de que a demora do acordo com a UE reduzisse o acesso de investimentos europeus ao Mercosul. Essa apreensão intensificou-se com o avanço das negociações da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, sigla em inglês) e da Parceria Transpacífica (TPP, sigla em inglês). Essa preocupação por parte do empresariado na Argentina e no Brasil ofuscou a possibilidade de aprofundamento das relações comerciais com países como a China.



**Alejandro Simonoff**

Doutor em Relações Internacionais e professor na Universidade Nacional da Prata (UNLP), Argentina.

## CADEIAS DE VALOR

# Nova etapa? Política comercial e cadeias de valor na Argentina contemporânea.

Nahuel Oddone

*No contexto da eleição de Mauricio Macri, o autor reflete sobre os desafios enfrentados pela Argentina em matéria de cadeias de valor e delinea recomendações em áreas como P&D, redução de assimetrias no território nacional e infraestrutura regional.*

A Argentina possui, diante de si, dois objetivos-chave: de um lado, o país busca consolidar sua participação nas cadeias globais de valor (CGV); de outro, pretende reconstruir as cadeias de valor nacionais. Ambas as metas dependem da adoção de uma política comercial adequada, necessidade ainda maior diante de um cenário desafiador. Mais especificamente, o governo argentino tomará decisões em um contexto marcado pela queda no preço das *commodities*, pela crise no Brasil – seu principal sócio no Mercado Comum do Sul (Mercosul) – e pela diminuição na demanda chinesa por *commodities*.

A dimensão produtiva é um elemento central no desenho de uma política comercial. Por isso, faz-se necessário refletir sobre a articulação dos diversos setores existentes na economia argentina. Tal exercício deve considerar tanto as características e demandas da indústria nacional quanto o contexto de inovação tecnológica e criação de megamercados por trás da consolidação das CGVs.

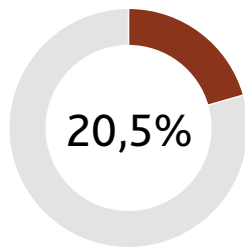
O desafio, nesse sentido, pode ser resumido da seguinte maneira: como construir vantagens comparativas dinâmicas e reposicionar a Argentina no cenário comercial global diante das mudanças ocorridas no interior de suas fronteiras? Por um lado, houve uma diminuição da heterogeneidade estrutural da economia argentina – característica compartilhada com outros países latino-americanos. Com isso, foi reduzido o peso da convivência entre empresas e setores altamente produtivos e um grupo predominante, marcado pela baixa produtividade. Por outro lado, consolidou-se a busca por coesão social, um objetivo comum em toda a região.

Dados publicados em 2013 pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês) ilustram os desafios existentes. Segundo o estudo, cerca de 80% das exportações mundiais de bens e serviços (valor bruto) ocorrem no interior das CGVs<sup>2</sup>. Fomentado por uma intensa participação das empresas multinacionais, tal quadro resulta da fragmentação geográfica na produção de bens e serviços iniciada na década de 1980.

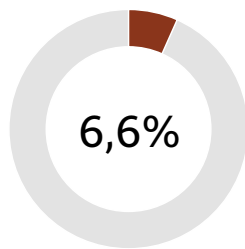
As consequências da crescente fragmentação estão refletidas na queda de cerca de 85% na importância relativa do valor agregado interno em relação às exportações mundiais no período entre 1995 e 2008. Esses dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) mostram a importância das CGVs<sup>3</sup>. Mais precisamente, revelam a necessidade crescente de importação de produtos intermediários para, então, exportar outros bens intermediários ou finais. Da mesma forma, sugerem o maior peso progressivo do capital e do trabalho altamente qualificado para a geração de valor agregado.

Entre as características comerciais que merecem destaque em um debate dedicado à avaliação das CGVs estão: i) a estreita relação entre tais cadeias e o investimento externo direto (IED), sobretudo naqueles casos de alcance global; ii) o intenso intercâmbio de bens intermediários; iii) o aumento do conteúdo importado das exportações – em 2010, quase 30% do valor bruto das exportações mundiais de bens e serviços está ligado diretamente às importações; iv) o papel fundamental dos serviços, muitos dos quais são incorporados

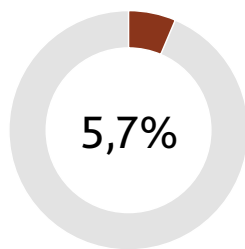
## Principais destinos das exportações argentinas



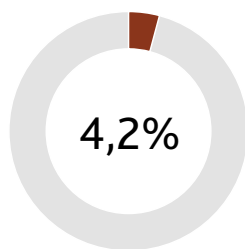
Brazil



China



Estados Unidos



Chile

Fonte: CIA (2014)

como insumos aos bens finais comercializados e; v) a maior agregação de valor em atividades intensivas em conhecimento, como desenho e pesquisa.

Tais características motivam uma série de perguntas fundamentais para a Argentina: como voltar a atrair IED sem que, para isso, seja prejudicada a busca pela equidade e coesão social? Como realizar as reformas legislativas necessárias que permitam o fortalecimento das CGVs existentes, entendendo que o conteúdo importado é um fator-chave de competitividade das exportações? Como desenvolver uma rede sólida de serviços profissionais capaz de potencializar o desenvolvimento das CGVs? Como fortalecer pesquisa e desenvolvimento (P&D) de modo a promover uma distribuição territorial doméstica que evite o surgimento de novas assimetrias? Como garantir que os processos de geração, apropriação e distribuição do conteúdo local no valor total agregado de um produto exportado não se concentrem em algumas poucas regiões geográficas? Tais perguntas constituem o norte da discussão a seguir.

### A Argentina em um novo tempo

Ao abordar a competitividade de uma política comercial na atualidade, um fator fundamental diz respeito à capacidade das empresas locais de complementar sua produção com insumos de alta qualidade provenientes de outros países. De fato, o auge das CGVs fortaleceu o argumento econômico contra a proteção das importações. O êxito nas exportações exige a habilidade de diminuir custos de produção, objetivo muitas vezes concretizado com a aquisição de bens intermediários produzidos no exterior.

Ademais, a participação em CGVs permite o acesso a novas tecnologias, habilidades empresariais e redes de inovação. Juntas, tais vantagens contribuem para incrementar a produtividade, oferecendo a possibilidade de uma melhor qualidade dos empregos e remunerações. Afetada pela inflação e por uma complexa situação macroeconômica, a Argentina tem na busca por salários mais altos para seus trabalhadores um desafio fundamental. A participação em CGVs contribui, finalmente, com a internacionalização do empresariado nacional, especialmente das pequenas e médias empresas (PMEs), que se beneficiam ao realizar exportações diretas ou indiretas.

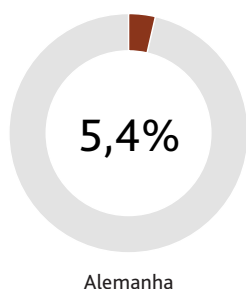
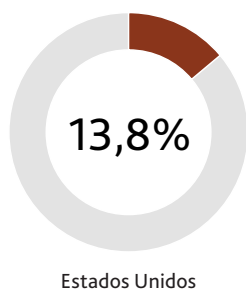
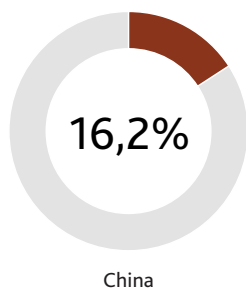
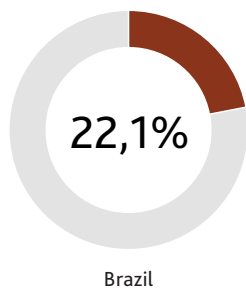
Nesse contexto, a aquisição de conhecimento especializado costuma ser um ponto de atração fundamental para o encadeamento local. Algo similar ocorre com o pacote de serviços oferecido para atrair IED. Entre 1995 e 2008, a importância do trabalho qualificado no valor agregado mundial cresceu em 92% das atividades produtivas, enquanto a participação do trabalho não qualificado caiu na maioria delas.

A relevância da China na importação de matérias-primas da Argentina tem sido afetada pelo reposicionamento da potência asiática, atualmente dedicada à expansão do mercado de consumo interno. Tal cenário acarreta um enorme desafio para a atração de IED e a promoção das exportações, especialmente quando se considera o contexto sul-americano. Em decorrência desse cenário, será possível obter uma diversificação produtiva e exportadora baseada no mercado regional? Como incrementar os fluxos de comércio intrarregional na América do Sul, considerando a trajetória de 25 anos do Mercosul e de mais de 35 da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)? Quando comparadas com os casos da Ásia e Europa, as estatísticas para a região mostram um menor grau de ligação entre seus países.

Mudanças exigiriam uma revisão das regras de origem regionais. Afinal, a promoção e o desenvolvimento de encadeamentos produtivos plurinacionais constituem um objetivo compartilhado pelos governos da região. A meta final, conforme mostra um relatório publicado pela CEPAL em 2014, é o avanço gradual em direção à acumulação plena de origem regional<sup>4</sup>. Ao mesmo tempo, recomenda-se a implementação de novas medidas de facilitação do comércio voltadas não apenas às grandes empresas, mas também às PMEs.

Entre as PMEs latino-americanas, é relativamente pequena a porcentagem de empresas dedicadas à exportação de bens e serviços, realidade que exige estímulos para sua maior internacionalização. Cabe ressaltar que, na América Latina, as PMEs são caracterizadas

Principais origens das importações argentinas



Fonte: CIA (2014)

pela oferta de salários mais altos que empresas semelhantes na Ásia. Por outro lado, sua produtividade é menor. Para a Argentina, o principal desafio é promover uma maior competitividade de suas PMEs, apoiando um incremento da produtividade sem que tais políticas afetem o nível salarial atual. Trata-se de uma tarefa complexa, ainda mais quando se considera a tendência inflacionária nos últimos anos.

#### Recomendações para o futuro

A complexidade da agenda comercial enfrentada atualmente pela Argentina exige um olhar sistêmico. É necessário considerar: i) o fortalecimento dos fatores produtivos existentes; ii) a consolidação do diálogo entre as iniciativas pública e privada; e iii) os avanços em P&D.

A determinação da política comercial argentina carece de planejamento e organização cuidadosos. Espera-se que tal exercício identifique setores estratégicos e articulações em torno da manufatura de média e alta tecnologia, da manufatura intensiva em desenho e inovação e dos serviços intensivos em conhecimento. Por meio da criação de capacitações subnacionais e alianças público-privadas, tais empresas poderiam ocupar distintas porções do território nacional, e não apenas pequenos enclaves.

O agronegócio certamente manterá o protagonismo, acompanhado pelas indústrias automobilística, metalúrgica e mineradora. A experiência da administração Mauricio Macri na cidade de Buenos Aires permite a previsão de que tanto os serviços intensivos e baseados na criatividade quanto a indústria cultural da Argentina ocuparão o centro das atenções nos próximos anos, com um importante desenvolvimento no interior do país. Entre os setores potencialmente beneficiados, está o desenho de softwares e aplicativos para celular.

Embora os recursos naturais forneçam um fator de competitividade para os países, a tendência revela que o capital e o trabalho de alta qualificação garantem um maior valor agregado. Nas sociedades com renda média e alta, a participação do trabalho pouco qualificado no valor agregado total – especialmente no setor de matérias-primas – tem decaído.

O desenho de uma nova política produtivo-comercial requer acordos políticos entre o governo federal e as províncias. No longo prazo, a atração de IED e os estímulos ao investimento privado nacional em setores estratégicos possibilitados pelo entendimento contribuiriam para a diversificação da matriz produtiva argentina. É provável que a chegada dos investimentos só ocorra uma vez que a disciplina fiscal e a estabilidade macroeconômica sejam alcançadas. Da mesma forma, faz-se necessária a criação de um conjunto de talentos arraigados territorialmente que possibilitem o incremento dos investimentos produtivos.

Igualmente, um cenário de estabilidade interna forneceria a base para o desenho e articulação de cadeias de valor transfronteiriças e regionais. Por sua vez, a expansão do comércio entre seus participantes, a consolidação de regras de origem inspiradas no funcionamento de tais arranjos e o aumento das exportações globais reavivariam

---

*O desenho de uma nova política produtivo-comercial requer acordos políticos entre o governo federal e as províncias. (...) Da mesma forma, faz-se necessária a criação de um conjunto de talentos arraigados territorialmente que possibilitem o incremento dos investimentos.*

---



**Argentina: Índice de valor das exportações (2000 = 100)**

2002

**97,4**

2007

**211,8**

2011

**319,1**

2014

**273,2**

Fonte: Banco Mundial (2015)

o interesse pela integração regional. Um passo fundamental é o fim das restrições aos intercâmbios recíprocos no interior do Mercosul.

Seguindo a tendência observada em outros temas, seria normal uma crescente bilateralização das relações dentro da região, com cada país determinando a conveniência de promover uma transformação produtiva baseada no estabelecimento de novas CGVs. Exemplo de potencial que ultrapassa fronteiras é encontrado na bacia do rio Uruguai, em que uma maior integração da citricultura beneficiaria tanto a Argentina quanto o Uruguai.

Embora o Brasil seja o destino final para 37,8% das exportações argentinas, a conjuntura atual poderia levar a uma maior integração comercial da Argentina com Chile, Paraguai e Uruguai. Nesse contexto, será preciso avaliar os avanços nas negociações entre Mercosul e União Europeia (UE), assim como a natureza do diálogo e do vínculo com os integrantes da Aliança do Pacífico. Em outras palavras, o governo argentino refletirá sobre a proposta de buscar a "convergência na diversidade", feita por autores como Félix Peña e pela CEPAL, em 2014<sup>5</sup>.

Outro tópico que merece reflexão diz respeito ao posicionamento da Argentina – e do Mercosul – diante da conformação de blocos megarregionais como a Parceria Transpacífica (TPP, sigla em inglês) e a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, sigla em inglês). Capazes de mudar a lógica do comércio internacional, tais iniciativas demandam uma avaliação quase "existencial" por parte do governo argentino: como responder a tais transformações?

Tudo indica que a Argentina não imporá restrições de cunho ideológico para o estabelecimento de vínculos internacionais. Confirmada tal hipótese, seria oportuno corrigir dois erros do passado: i) evitar abrir mão dos cenários regionais por projeção global; e ii) considerar os mecanismos por meio dos quais um ator internacional corrige sua imagem de imprevisibilidade.

Um aspecto que deve ser considerado pelo governo é a tendência de rápido esgotamento dos sinais de conteúdo simbólico, conforme argumentado por José Paradiso em *Debates y trayectoria de la política exterior argentina* (1993). Segundo o autor: "os processos de recomposição de confiança são lentos e acumulativos. Neles, os pequenos passos, a gestão rotineira e a reiterada demonstração de equilíbrio e moderação valem mais que os gestos espetaculares, as rupturas e os giros inesperados. Estas últimas atitudes, a disposição a ceder mais do que se pede e fazê-lo em nome da astúcia ou com um ar de indignidade calculada, longe de produzir confiança, tendem a confirmar a presunção de comportamento errático e, conseqüentemente, gerar novos receios".

Tendo em vista os objetivos descritos acima, são necessários investimentos em infraestrutura e na conectividade física e digital da região. Na primeira década do século XXI, a América do Sul avançou em matéria de infraestrutura graças à Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), atualmente ligada ao Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Por sua vez, os aportes financeiros para a iniciativa provinham do Banco de Desenvolvimento da América Latina (também conhecido como Corporação Andina de Fomento - CAF).

A projeção das necessidades para os próximos anos, entretanto, evidencia a insuficiência dos recursos destinados pelos países da América Latina e do Caribe à sua infraestrutura econômica. Segundo estimativas da CEPAL, a região deve investir anualmente cerca de 5,2% de seu produto interno bruto (PIB) entre 2006 e 2020 para satisfazer as exigências derivadas de seu crescimento econômico projetado. Se o objetivo for alcançar o nível de infraestrutura per capita dos mais dinâmicos Estados da Ásia Oriental até 2020, o investimento necessário corresponde a 7,9% do PIB no mesmo período. O montante é quatro vezes superior ao gasto médio registrado entre 2007 e 2008.

A fim de manter uma política comercial exitosa, a Argentina deve capturar uma parcela importante do valor agregado criado nas cadeias produtivas, de modo a garantir que a

participação em tais arranjos se reflita em uma maior contribuição no PIB. O potencial de captura de valor representa um elemento fundamental na análise de investimentos privados, especialmente quando se tem em conta os reenvios de capitais de algumas empresas multinacionais.

Infelizmente, processos como a difusão de tecnologias, a criação e enraizamento de capacitações e a ascensão social não são automáticos. Contudo, cada um desses fenômenos é fundamental para o crescimento e a coesão interterritorial de um país. Para capturar os benefícios trazidos pela agregação de valor, é preciso que o país invista em inovação e P&D, utilizando tanto recursos públicos quanto privados. A administração Macri está diante do desafio orçamentário de manter e, idealmente, potencializar os investimentos estatais em inovação gerada na Argentina.

Por fim, o cuidado com o meio ambiente – sobretudo as políticas de adaptação à mudança climática – constitui um elemento de importância crescente no desenho de uma política produtiva. Embora iniciativas voltadas à mitigação das emissões de gases de efeito estufa constituam um importante passo para os complexos produtivos já estabelecidos, mecanismos inovadores de adaptação que incluam um capítulo de financiamento ou outros incentivos podem ser muito atrativos para o estabelecimento de empresas e para a articulação das cadeias de valor. A consolidação de uma transformação produtiva e tecnológica na Argentina contemporânea é a base da nova política comercial. Em consequência, é evidente que a política comercial não é somente política comercial.

---

❶ As opiniões aqui expressadas são exclusivas do autor.

❷ Disponível em: <<http://bit.ly/1q0y5Rn>>.

❸ Ver: <<http://bit.ly/1X8xuua>>.

❹ Disponível em: <<http://bit.ly/1ruJlXl>>.

❺ Ver: <<http://bit.ly/24xPPTA>> e <<http://bit.ly/1W91N4V>>.



**Nahuel Oddone**

Coordenador de Cadeias de Valor  
na Sede Subregional da CEPAL no  
México.

## MERCOSUL

# Os 25 anos do Mercosul: “velha nova” etapa à vista?

Mercedes Botto

*Ao analisar a trajetória do Mercosul, a autora identifica as principais razões para o fracasso do bloco e discute possíveis implicações da nova cartografia política sul-americana para a integração regional.*

Embora sejam mais do que sócios comerciais, Argentina e Brasil ainda são menos que irmãos. Diferentemente dos laços familiares, um projeto de integração regional é baseado na vontade e nos interesses das partes. No Cone Sul, contribuíram enormemente para sua criação fatores exógenos, como os processos de redemocratização, a reforma estrutural implementada durante a década de 1990 e a globalização econômica e tecnológica. Por outro lado, o caminho seguido pelo Mercado Comum do Sul (Mercosul), com seus avanços e retrocessos, resulta das prioridades estabelecidas pelos governos nacionais que o compõem.

Ao discutirmos o presente e o futuro do Mercosul, é importante entender a dinâmica que caracteriza seus primeiros 25 anos de vida. Antes, é necessário sublinhar que o Tratado de Assunção marca a formalização de um projeto envolvendo não apenas as dimensões econômica e política: o Mercosul também representa um processo de construção social. Da mesma maneira, a iniciativa é mais do que um acordo comercial, possuindo uma agenda aberta.

Entre os estudiosos do Mercosul, é consensual a opinião de que sua história pode ser dividida em duas etapas. Na fase inicial, a prioridade era aumentar os fluxos de comércio e investimento. Para tanto, os membros do bloco lançaram mão de instrumentos como uma política de liberalização seletiva e o estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC). Cerca de uma década após a assinatura do Tratado de Assunção, questões como a integração social e produtiva adquiriram protagonismo no discurso de seus participantes. Assim, a partir de 2002, o Mercosul foi marcado pela busca por maior cooperação econômica, política e social.

Analistas também concordam com o diagnóstico de que o Mercosul não alcançou seus objetivos em nenhuma das duas etapas. Embora a integração comercial tenha levado a um rápido crescimento dos fluxos intrarregionais de bens, metas como a consolidação e o aprofundamento da interdependência produtiva não se concretizaram. Longe de transformar o tradicional padrão de inserção de seus membros na economia global – baseado na exportação de *commodities* agrícolas e minerais –, o Mercosul contribuiu para o estabelecimento de uma relação dual com o mundo. Por um lado, o Brasil ocupou a posição de principal provedor de bens manufaturados para os Estados da região, realidade que não esconde a participação decrescente desses produtos nas vendas dos outros sócios do Mercosul à América Latina. Por outro lado, cresceram as exportações de *commodities* a terceiros países.

O Mercosul “social e produtivo” teve destino semelhante. Nesse caso, as expectativas iniciais previam a geração de um desenvolvimento mais equitativo. Imaginava-se, por exemplo, que o bloco poderia apoiar a instituição de cadeias de valor de alcance regional, assim como criar políticas de compensação entre os sócios. Contudo, os objetivos ambiciosos não se concretizariam. Mais de dez anos após a inauguração dessa segunda etapa, predominam os resultados simbólicos ou insuficientes. Por exemplo, o fundo para a redução de assimetrias entre os membros do Mercosul captaria recursos de cerca de US\$ 100 milhões anuais, quantia insuficiente para tamanho desafio.

**O Mercosul em números**

Área

**12 milhões  
de km<sup>2</sup>**

População

**286 milhões**

PIB

**US\$ 3,2 trilhões**

Fonte: Itamaraty (2014)

**Existe uma razão para o fracasso?**

Entre os pesquisadores dedicados ao Mercosul, a controvérsia começa quando se discutem as razões para tais fracassos. Tampouco existe consenso sobre as motivações por trás das mudanças na agenda do bloco na virada do século XXI. Para alguns, o giro em direção a um projeto mais "social" e "produtivo" pode ser explicado pela ascensão de líderes populistas – ou progressistas, dependendo do autor analisado. Por exemplo, Rubens Barbosa avalia que "além da perda do sentido econômico-comercial original, ganhou força a visão bolivariana de que o Mercosul deveria ser um bastião antiamericano, em torno do qual todos os países da região se reuniriam para lutar contra as investidas do "Império" na América Latina"<sup>1</sup>.

Para outro grupo – do qual faço parte –, a proliferação de novas agendas no interior do Mercosul deve-se à falta de vontade dos governos da região de ceder parte de sua soberania em favor de um processo de integração econômica e política. Em grande medida, o desinteresse das iniciativas pública e privada resulta das responsabilidades previstas em uma eventual consolidação e aprofundamento do projeto inicial do bloco.

Mais especificamente, o Brasil preferiu evitar a criação de instituições regionais que buscassem distribuir os benefícios da integração de forma mais equitativa, reduzindo as assimetrias entre as partes. Entre as razões para a negativa brasileira, certamente está o fato de que, mesmo em seus melhores anos, o intercâmbio intrabloco representou apenas 16% do total comercializado pelo país. As economias menores, por sua vez, também protelaram a implementação de normas e a integração das instituições regionais em seus ordenamentos internos. Também nesse caso, bons motivos guiaram a decisão: os custos de participar de uma união aduaneira eram superiores às compensações econômicas e políticas recebidas, que sequer existiram no início do Mercosul.

Diante dos custos e benefícios trazidos pelo Mercosul, chamava atenção a ausência de um claro ganhador. Não por acaso, a nenhuma das partes parecia convir o pagamento do preço derivado da construção de um mercado regional. Em consequência, os compromissos inicialmente adquiridos pelas partes se desconstruíram com o tempo. Diversos analistas argumentam que, em seu pior momento (entre 1999 e 2001), a sobrevivência do Mercosul se deveu a um cálculo geopolítico de seus principais integrantes, Argentina e Brasil. Ou, para dizer de outra forma, se o projeto não foi abandonado no período, interesses comerciais tiveram um papel reduzido na decisão.

Tendo em vista a avaliação acima para a primeira década do Mercosul, faz sentido a ampliação da agenda do bloco por meio da incorporação de novos atores e temas. Ao introduzir novas questões, permitiu-se o estabelecimento de objetivos mais amplos de cooperação, incluindo áreas como direitos humanos, educação, justiça, migração, saúde e segurança.

**O que esperar do futuro?**

Na atualidade, é fundamental identificar e analisar as lógicas de ação e a dinâmica que caracterizaram a história do Mercosul. Além do aniversário de 25 anos do bloco, estamos testemunhando a configuração de um novo cenário econômico e político na região, com a emergência de governos dotados de uma agenda liberal. Em um contexto marcado pelas dificuldades enfrentadas por diversos Estados para alavancar seu crescimento, a ascensão de novos líderes na América do Sul é acompanhada de uma oposição explícita às políticas expansionistas e inclusivas adotadas na década anterior.

---

*o Brasil preferiu evitar a criação de instituições regionais que buscassem distribuir os benefícios da integração de forma mais equitativa, reduzindo as assimetrias entre as partes.*

---

Os gestos e discursos observados até o momento apontam para o redirecionamento dos esforços no interior do Mercosul. Nesse contexto, é provável que o bloco adote uma agenda mais voltada às questões comerciais, opção que significará menor atenção aos aspectos políticos e sociais.

Aqui, alguns elementos permitem falar de uma agenda atualizada para o Mercosul. O primeiro diz respeito à necessidade de diversificação dos destinos e sócios. Embora parcialmente conectado com o passado, tal objetivo pressupõe a retomada e conclusão das negociações para a assinatura de acordos de livre comércio com as principais potências econômicas. O diálogo recente com a União Europeia (UE) ilustra a iniciativa. Ademais, discute-se a conveniência do fortalecimento dos vínculos com outros Estados sul-americanos, como o Chile e os integrantes da Aliança do Pacífico. Por fim, há quem defenda uma maior especialização em setores como os relacionados aos recursos naturais.

A segunda novidade tem a ver com a agenda de integração e cooperação. A chegada de novos governos ao interior do Mercosul significa o desaparecimento das menções à União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), implicitamente associada à "ideologia" e "ineficiência" quando comparada a outros fóruns multilaterais. Ao mesmo tempo, agendas antigas foram resgatadas. Merece destaque o caso dos investimentos em infraestrutura, tópico que parece mobilizar um amplo consenso público-privado na região.

Na opinião de muitos analistas (como Roberto Mangabeira Unger) e políticos (como os presidentes da Argentina, Mauricio Macri, e do Uruguai, Tabaré Vázquez), os últimos acontecimentos acentuaram a necessidade de que o pacto inicial que criou o Mercosul seja reconsiderado. Por exemplo, Mangabeira Unger argumenta que, no atual momento, seria necessário redefinir os alcances do bloco, convertendo o projeto em uma mera zona de livre comércio. Segundo o ex-ministro de Assuntos Estratégicos do Brasil, tal medida permitiria um realinhamento entre as regras e a realidade, oferecendo aos Estados-parte a recuperação de sua autonomia<sup>2</sup>.

Embora seja precipitado falar de uma terceira etapa para o Mercosul, as declarações e gestos emitidos pelos líderes da região indicam uma volta aos tempos de prioridade à agenda comercial. Segundo esse modelo, a integração é vista pelos governos como um instrumento de negociação externa, trazendo benefícios distintos para cada país. Perde espaço, portanto, a ideia de criação de um mecanismo de governança capaz de assegurar um desenvolvimento econômico, político e social mais equitativo entre os integrantes do Mercosul.

---

<sup>1</sup> Ver: <<http://bit.ly/1rKyhFW>>.

<sup>2</sup> Ver: <<http://glo.bo/1NMimjV>>.



**Mercedes Botto**

Professora titular da Universidade de Buenos Aires (UBA) e de pós-graduação nas Faculdades Latino-Americanas de Ciências Sociais (FLACSO-Argentina). É também pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Técnica (CONICET, sigla em espanhol) na Argentina.



## ACORDO UE-MERCOSUL

# Negociações Mercosul-UE: tão distantes e tão perto

Adrian Makuc, Gabriela Duhalde, Ricardo Rozemberg

*Neste artigo, os autores discutem como os desdobramentos políticos mais recentes nos países que compõem o Mercosul podem afetar as negociações de um acordo comercial com a UE.*

A mudança de governo na Argentina e as recentes visitas ao país do primeiro-ministro da Itália, Matteo Renzi, e do presidente da França, François Hollande, recolocaram a política externa do país sul-americano em primeiro plano tanto no âmbito político quanto midiático. Nessas ocasiões, o novo presidente eleito, Mauricio Macri, qualificou o acordo entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia (UE) como estratégico e prioritário.

Com efeito, a negociação entre os dois blocos, que já se estende por 20 anos, recuperou seu protagonismo na agenda de relações exteriores da Argentina a partir do diálogo com os visitantes europeus. Isso significa uma mudança importante na visão argentina dessa frente birregional. Nos últimos 20 anos, a Argentina não apenas acompanhou as negociações, mas também participou de todo o processo de elaboração da oferta do Mercosul para a abertura do comércio de bens, proposta consolidada em finais de 2015.

No período mais recente, entretanto, o governo de Cristina Fernández de Kirchner optou pela priorização da agenda doméstica, em detrimento da internacional – o que não contribuiu para a facilitação de avanços no entendimento entre as partes.

Embora a ex-presidente tenha empreendido esforços para a retomada das negociações birregionais em 2010, esse interesse se perdeu à medida que as condições micro e macroeconômicas do país pioravam. Sob essa perspectiva, o mundo passou a ser percebido mais como fonte de problemas que de oportunidades.

Reunidos na Cúpula do Mercosul realizada em Caracas (Venezuela), em julho de 2014, os membros do bloco assinaram um comunicado em que declaravam ter feito a sua parte na confecção de uma oferta e que caberia à UE fazer o mesmo. O documento defendia que somente então seria possível definir uma data para a troca de ofertas entre os dois blocos. Conforme anunciado recentemente, a troca de ofertas está programada para ocorrer em 11 de maio, em Bruxelas.

Nesse último período, a negociação birregional parece ter enfrentado divergências de interesses dentro do bloco europeu. Por um lado, o Acordo de Associação com o Mercosul perdeu relevância na agenda de negociações comerciais da UE por motivos como a incerteza sobre o escopo e a profundidade da oferta do Mercosul em matéria de desgravação tarifária de bens. Por outro lado, houve uma maior concentração e/ou foco da agenda externa europeia nas tratativas da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, sigla em inglês) e nas relações com a China. No âmbito político, as atenções da UE voltaram-se à resolução de temas pendentes com vizinhos como Rússia e Ucrânia.

Em contraste, as relações com a UE permaneceram em uma posição privilegiada na agenda de alguns países do Mercosul. Nos últimos dois anos, por exemplo, as administrações de Brasil, Paraguai e Uruguai souberam enfatizar a importância de avançar na consecução de um acordo com a UE. De um lado, esse esforço foi empreendido mediante o aperfeiçoamento das ofertas de bens que já haviam sido consolidadas em meados de 2014. Além disso, esses governos buscaram delinear cenários de geometria variável para as negociações. Desse modo, os membros do Mercosul que assim o desejassem poderiam avançar em um ritmo mais acelerado com o bloco europeu. A mudança de administração

na Argentina consolida um apoio comum dos quatros sócios originais do Mercosul a essa negociação birregional, uma vez que a Venezuela decidiu não participar dessas tratativas.

Cabe destacar que o acordo Mercosul-UE aparece como um meio para consolidar uma aliança estratégica de longo prazo na área de comércio e investimento. De fato, a UE representa aproximadamente 20% das compras e vendas do Mercosul ao mundo, enquanto as empresas europeias respondem por mais de 60% do estoque de ativos produtivos estrangeiros radicados na região.

De todo modo, o caminho na direção do acordo não está isento de dificuldades. A crise econômica – e também política, em alguns casos – dos países do Mercosul não joga a favor do acordo. Tampouco a situação das economias europeias. Para além disso, chegar a um acordo exige uma oferta interessante dos europeus em matéria de abertura das importações de produtos agrícolas provenientes do Mercosul – o que seria inédito na história das relações birregionais. Também, exige que a proposta do Mercosul em matéria de serviços, compras governamentais, investimento e indicações geográficas seja bem recebida pela UE.

Pelo lado do Mercosul, a recente eliminação dos direitos de exportação – exceto para a soja – e do uso da Declaração Juramentada Antecipada de Importação (DJAI) pela Argentina constituem sinais positivos de mudanças para despertar o interesse europeu.

De toda forma, a história das negociações econômicas internacionais evidencia que o interesse e a vocação política, com um olhar estratégico de longo prazo, podem muitas vezes liderar as decisões acima dos desacordos comerciais e/ou econômicos no curto prazo. O acordo Mercosul-UE, que foi novamente alçado ao primeiro plano nos últimos meses, está pendente desse delicado equilíbrio. Esperemos que o fiel da balança se incline para a visão que mais favoreça as sociedades de nossos países.

---

**Adrian Makuc**

Economista. Professor de Mestrado em Relações Comerciais Internacionais na Universidade Nacional Trés de Fevereiro (Argentina).

---

**Gabriela Duhalde**

Mestra em Relações Comerciais Internacionais pela Universidade Nacional Trés de Fevereiro (Argentina) e professora da Universidade Aberta Interamericana e da Escola Argentina de Negócios.

---

**Ricardo Rozemberg**

Economista. Professor da Universidade de Buenos Aires (UBA) e pesquisador do Centro iDeAS, da Universidade Nacional de San Martín. Também, é consultor de organizações como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Red MERCOSUR.

# Informações úteis

## **BRICS Policy Center seleciona estagiário**

O Centro de Estudos e Pesquisas do BRICS (BRICS Policy Center), um projeto do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) está com processo de seleção aberto para a contratação de um estagiário. As atividades compreendidas no estágio estão voltadas à parte administrativa, principalmente nas áreas financeira e de recursos humanos. O estágio tem carga semanal de 20 horas e bolsa no valor de R\$ 650,00 (já incluso auxílio transporte). Os candidatos devem estar entre o 3º e 6º semestre da Graduação em Administração ou Relações Internacionais; ter conhecimento do pacote Office; e ter nível intermediário de inglês. Os interessados devem enviar, até 20 de maio, o currículo (com foto) e uma carta de motivação para o e-mail [bpc@bricspolicycenter.org](mailto:bpc@bricspolicycenter.org). O processo de seleção será constituído pelas seguintes etapas eliminatórias: análise de currículo e entrevista (parte da qual será conduzida em inglês). Para mais informações, escreva para Bruna Risieri ([bpc@bricspolicycenter.org](mailto:bpc@bricspolicycenter.org) ou [brisieri@puc-rio.br](mailto:brisieri@puc-rio.br)).

## **Laureate seleciona estagiário na área de vendas e marketing**

A Laureate está com vaga aberta para estágio de projetos na área de Brazil Sales & Marketing. A Laureate Brasil integra a rede global líder em ensino superior Laureate International Universities e é formada por 12 instituições de ensino que possuem mais de 50 campi em oito estados brasileiros. Entre as atividades contempladas no estágio, destacam-se: suporte à elaboração e ao desenvolvimento de projetos (criação de processos, planilhas, relatórios de monitoramento, apresentações e apoio no gerenciamento); coordenação de atividades ligadas a grupos de trabalho de diferentes projetos da área de vendas e marketing da Laureate Brasil; e apoio a atividades de inteligência de mercado, consolidação de dados, realização de pesquisas e análises de concorrência. Os candidatos devem estar matriculados no 2º ou 3º ano de Graduação em Administração, Marketing, Relações Internacionais ou áreas afins; e devem ter conhecimento avançado no Pacote Office e no idioma inglês (oral e escrito). Ainda, é desejável que tenham experiência anterior em estágios, associações estudantis, voluntariado ou afins. Os interessados devem enviar o currículo para Daniella Koncz ([daniella.koncz@laureate.net](mailto:daniella.koncz@laureate.net)). A Laureate situa-se à Av. das Nações Unidas, 12.901 – CENU, em São Paulo (SP).

## **OMC abre concurso de artigos para jovens economistas**

A Organização Mundial do Comércio (OMC) abriu inscrições para o Prêmio da OMC para Melhores Artigos de Jovens Economistas (*WTO Essay Award for Young Economists*, em inglês). A premiação busca promover pesquisas de alta qualidade sobre comércio internacional e fortalecer a relação da OMC com a comunidade acadêmica. O artigo deve tratar de política comercial e cooperação em comércio internacional e não pode exceder as 15.000 palavras. Os candidatos devem ter diploma de Doutorado ou estar na fase de conclusão deste. Caso tenham mais de 30 anos de idade, a data de defesa de tese dos candidatos não pode ter ocorrido há mais de dois anos. As candidaturas devem incluir o artigo em formato PDF e o currículo do candidato e devem ser enviadas até 1º de junho para o e-mail [essay.award@wto.org](mailto:essay.award@wto.org). O Pannel de Seleção divulgará o ganhador em 15 de julho de 2016, e a cerimônia de premiação ocorrerá em setembro de 2016, em Helsinki (Finlândia), durante a reunião anual do European Trade Study Group (ETSG) – a maior conferência especializada em comércio internacional do mundo. Ao ensaio vencedor, será concedido um prêmio no valor de CHF 5.000 e, em caso de coautoria, esse valor deverá ser igualmente dividido entre os autores. O(s) vencedor(es) terão sua viagem para Helsinki custeada, e seu artigo será publicado no periódico *WTO Working Paper Series*. Para mais informações, clique [aqui](#).

## **Rede de Estudos Empíricos em Direito abre chamada de trabalhos**

A Rede de Estudos Empíricos em Direito (REED) tornou pública a chamada de trabalhos para o 6º Encontro de Pesquisa Empírica em Direito. Entre as áreas contempladas nos Grupos de Trabalho (GT) para os quais as propostas podem ser enviadas, destacam-se: "Direitos Fundamentais e Políticas Públicas Municipais"; "O Campo do Direito Internacional e Suas Evidências Empíricas"; e "Direito e Economia". Os resumos expandidos (com até 500 palavras) devem ser enviados até 14 de maio para o e-mail ([reed.pesquisa@gmail.com](mailto:reed.pesquisa@gmail.com)), com a categoria da proposta (pôster ou apresentação oral) e o GT escolhido especificados no campo "Assunto". O evento será realizado de 31 de agosto a 2 de setembro de 2016, no Centro Universitário Lasalle, em Canoas (RS). Para mais informações, clique [aqui](#).

# Publicações



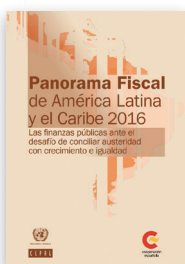
## **Desenvolvimento e integração na América Latina CEPAL – abril 2016**

O início do século XXI colocou a América Latina e o Caribe diante de uma nova oportunidade. Os governos democráticos puderam conjugar avanços econômicos e sociais, ao mesmo tempo em que os processos de integração foram fortalecidos. Contudo, ainda restam desafios a serem superados nessa seara. Este estudo analisa alguns desses desafios que se colocam no panorama econômico dos próximos anos. Ainda, o documento sustenta que a integração regional não deve ser entendida como uma utopia, mas como uma solução prática para que os países cooperem e se beneficiem mutuamente em sua trajetória rumo ao desenvolvimento sustentável. O texto pode ser acessado [aqui](#).



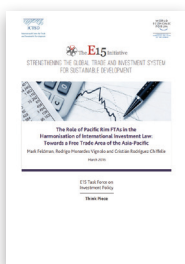
## **Tendências globais sobre o investimento em energia renovável 2016 PNUMA – março 2016**

Os investimentos em energia renovável atingiram o valor de US\$ 286 bilhões em 2015, número seis vezes maior que em 2004. Pela primeira vez, mais da metade de toda a capacidade de geração de energia adicionada provém de fontes renováveis. O relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) aponta que as fontes de energia renovável estão crescendo, mas não tão rapidamente a ponto de atender à demanda esperada de energia. Assim, para que o desenvolvimento do setor energético seja coerente com a meta de emissões de gases de efeito estufa (GEEs), será necessário reduzir ou deixar de utilizar os combustíveis fósseis – a menos que as tecnologias de captura de carbono se tornem disponíveis e utilizadas de forma ampla e rápida. O relatório está disponível [aqui](#).



## **Panorama Fiscal da América Latina e Caribe 2016: as finanças públicas diante do desafio de conciliar austeridade com crescimento e igualdade CEPAL – março 2016**

Durante 2015, as contas fiscais da América Latina registraram, em média, uma leve queda. Nesse contexto, a região alcançou um déficit fiscal de 3% do produto interno bruto (PIB) e um nível de dívida pública bruta de 34,7% do PIB. Dos 19 países considerados, em 11 deles o déficit fiscal aumentou simultaneamente com a dívida pública como proporção do PIB. Após a crise financeira de 2008, a região passou a acumular dívida pública, sobretudo interna, como resposta à crescente necessidade de financiamento frente a um cenário de desaceleração. A análise está disponível [aqui](#).



## **O Papel dos TLCs do Pacífico na Harmonização do Direito Internacional do Investimento: Rumo a uma Área de Livre Comércio da Ásia-Pacífico E15 – março 2016**

O caráter fragmentado do regime internacional de investimento tem caminhado em direção à harmonização. Em um futuro próximo, cinco acordos importantes podem governar parte substancial do investimento global: o Tratado Bilateral de Investimentos (BIT, sigla em inglês) entre Estados Unidos e China; o BIT entre União Europeia (UE) e China; e os três acordos megaregionais de comércio – a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, sigla em inglês), a Parceria Transpácífica (TPP, sigla em inglês) e a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP, sigla em inglês). Também, existe uma crescente convergência na prática estatal refletida em tratados recentes de investimento. Nesse contexto, os autores argumentam que a região do Pacífico está bem posicionada para servir como o centro de gravidade de uma maior harmonização. O estudo está disponível [aqui](#).



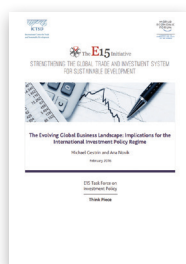
### **Panorama Social da América Latina 2015 CEPAL – março 2016**

Publicada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a edição de 2015 do *Panorama Social da América Latina* trata das tendências da pobreza na região e discute as mudanças observadas na distribuição de renda e em outras dimensões da desigualdade. Com o objetivo de contribuir para o avanço das políticas públicas na redução da pobreza e da desigualdade socioeconômica, o estudo analisa as persistentes brechas que se manifestam no mercado laboral, dos desafios em matéria de políticas e programas de inclusão trabalhista e produtiva e da institucionalidade para o desenvolvimento social na América Latina. O texto está disponível [aqui](#).



### **Relatório Mundial das Nações Unidas para o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2016: Água e Emprego UNESCO – março 2016**

A edição de 2016 do *Relatório Mundial das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Recursos Hídricos* analisa o impacto econômico do acesso à água. O estudo é produzido pelo Programa Mundial de Avaliação dos Recursos Hídricos, fruto da colaboração de 31 entidades das Nações Unidas e de 37 parceiros que constituem a UN-Water. O documento é desenvolvido com base em inúmeros estudos que mostram uma correlação positiva entre investimentos no setor hídrico e crescimento econômico. Além disso, destaca o papel decisivo da água na transição para uma economia verde. O relatório pode ser acessado [aqui](#).



### **A Evolução do Panorama de Negócios Globais: Implicações para o Regime Internacional de Políticas de Investimento E15 – fevereiro 2016**

O estudo percorre os trabalhos recentemente publicados pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre a evolução dos cenários de negócios globais. Diante disso, faz um breve levantamento das tendências globais de investimento e, em seguida, examina três fatores que podem ter implicações para o regime da política de investimento internacional. Estes são: i) as mudanças na forma com que as empresas organizam suas operações internacionais; ii) um maior envolvimento do governo em determinados segmentos da economia global; e iii) as lacunas na governança dos fluxos internacionais de investimento. O argumento central é de que o panorama do investimento internacional passa por grandes mudanças e está sendo moldado por fatores externos às políticas de investimento tradicionais e aos acordos internacionais nessa matéria. O estudo pode ser acessado [aqui](#).



### **Relatório Mundial de Desenvolvimento 2016: Dividendos Digitais Banco Mundial – abril 2016**

As tecnologias digitais se espalharam rapidamente em grande parte do mundo, processo que não tem sido acompanhado de dividendos digitais – isto é, benefícios mais amplos obtidos por meio do uso dessas tecnologias. Em muitos casos, as tecnologias digitais têm impulsionado o crescimento, expandido oportunidades e melhorado a prestação de serviços. No entanto, seu impacto agregado é desigualmente distribuído. Para que as tecnologias digitais beneficiem a todos em todos os lugares, é necessário que o abismo digital seja reduzido, especialmente no que toca ao acesso à Internet. O relatório também aponta que, para tirar o maior proveito da revolução digital, os países precisam trabalhar os “complementos analógicos” mediante a adaptação das competências dos trabalhadores às exigências da nova economia. O texto pode ser acessado [aqui](#).



EXPLORE O MUNDO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL POR MEIO DA REDE BRIDGES DO ICTSD

## PUENTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque na América Latina e no Caribe - Publicação em espanhol*  
[www.ictsd.org/news/puentes](http://www.ictsd.org/news/puentes)

## BIORES

Informações e análises sobre comércio e meio ambiente  
*Enfoque internacional - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/biores](http://www.ictsd.org/news/biores)

## BRIDGES

Informações sobre comércio sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável  
*Enfoque internacional - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/bridges](http://www.ictsd.org/news/bridges)

## 桥

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque internacional - Publicação em chinês*  
[www.ictsd.org/news/qiao](http://www.ictsd.org/news/qiao)

## МОСТЫ

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque nos países da CEI - Publicação em russo*  
[www.ictsd.org/news/bridgesrussian](http://www.ictsd.org/news/bridgesrussian)

## BRIDGES AFRICA

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque na África - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/bridges-africa](http://www.ictsd.org/news/bridges-africa)

## PASSERELLES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque nos países francófonos da África - Publicação em francês*  
[www.ictsd.org/news/passerelles](http://www.ictsd.org/news/passerelles)



### International Centre for Trade and Sustainable Development

Chemin de Balexert 7-9  
1219 Geneva, Switzerland  
+41-22-917-8492  
[www.ictsd.org](http://www.ictsd.org)

A produção de PONTES tem sido possível  
graças ao apoio generoso de:

**DFID - Departamento do Reino Unido para  
o Desenvolvimento Internacional**

**SIDA - Agência Sueca de Desenvolvimento  
Internacional**

**DGIS - Ministério de Relações Exteriores  
da Holanda**

**Ministério de Relações Exteriores da  
Dinamarca**

**Ministério de Relações Exteriores da  
Finlândia**

**Ministério de Relações Exteriores da  
Noruega**

**Departamento de Assuntos Exteriores e  
de Comércio da Austrália**

O PONTES também beneficia de  
contribuições de especialistas na área  
de comércio e desenvolvimento sustentável  
na forma de artigos.

O PONTES recebe propostas de publicidade  
ou de patrocínio que contribuam para a  
redução de seus custos de publicação e que  
ampliem o acesso aos seus leitores.  
A aceitação de tais propostas fica a critério  
dos editores.

As opiniões expressadas nos artigos  
publicados no PONTES são exclusivamente  
dos autores e não refletem necessariamente  
as opiniões do ICTSD.



Creative Commons Attribution-  
NonCommercial-NoDerivatives 4.0  
International [License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

Preço: €10.00  
ISSN 1996-9198

